



ANTROPOLOGIA E COLONIALISMO:

**ETNOGRAFIAS PERIFÉRICAS EM MOÇAMBIQUE,
QUÊNIA, SUDÃO E BRASIL**

ANTROPOLOGIA E COLONIALISMO:

**ETNOGRAFIAS PERIFÉRICAS EM MOÇAMBIQUE,
QUÊNIA, SUDÃO E BRASIL**

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA (ORG.)

ITALA TUANNY RODRIGUES NEPOMUCENO

RICCARDO RELLA

VINICIUS COSMOS BENVENÚ

ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN

SUELLEN PRECINOTTO

SÃO LUIS, 2021

© Copyright dos autores

Capa: pintura de Eva Bochkor

Criação: Maia Sprandel

Projeto Gráfico: Philipe Teixeira

Apoio Técnico na revisão : Joelma Gonçalves da Silva

Yasmin Martins Gomes

Ficha Catalográfica

A36 Antropologia e Colonialismo: etnografias periféricas em Moçambique, Quênia, Sudão e Brasil / Riccardo Rella, Ítala Tuanny Rodrigues Nepomuceno, Vinícius Cosmos Benvegnú, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Suellen Precinotto; Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida. – São Luís: UEMA Edições / PNCSA, 2021.

216 p.

Formato: Livro Digital

Veiculação: Digital

ISBN: 978-65-89821-26-7

1. Etnografia. 2. Libertação nacional. 3. Etnia. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Rella, Riccardo. III. Nepomuceno, Ítala Tuanny Rodrigues. IV. Benvegnú, Vinícius Cosmos. V. Marin, Rosa Elizabeth Acevedo. VI. Precinotto, Suellen. VII. Título.

Ficha Catalográfica e ajustamento de originais: Yasmin Martins Gomes

Endereços

UEA-Edifício Professor	E-mails	UEMA-Endereço: Cidade
Samuel Benchimol, Rua	pncaa.uea@gmail.com	Universitária Paulo Largo
Leonardo Malcher, 1728,	pnca.ufam@yahoo.com.br	VI. 3801 - Tirirical, São
Centro-Manaus, AM		Luís-MA, 65055-000
CEP: 69010-170		(98) 3244-0915
Fone: (92) 32328423		

www.novacartografiasocial.com

CONSELHO EDITORIAL DO PNCSA

Otávio Velho – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti – Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acserald – IPPUR –UFRJ, Brasil

Charles Hale – University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Ana Pizarro. Instituto de Studios Avanzados, Santiago do Chile

José Sérgio Leite Lopes – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

Zulay Poggi - CED, Universidad Central de Venezuela

Aurélio Vianna – PPGCSPA/UEMA, Brasil

Roberto Malighetti -Università degli Studi i Milano-Bicocca, Italia

Maria Backhouse- Institut für Soziologie. Universität Jena, Alemanha

SUMÁRIO

NOTA DO ORGANIZADOR DO LIVRO À GUIA DE APRESENTAÇÃO.....	9
ANTROPOLOGIA EM CINCO ATOS E APPROACHES: <i>Anthropologues Gouvernementaux, Practical Anthropology, Applied Anthropology, Anthropology at work e Action Anthropology - contraposições e contrastes.</i> <i>Alfredo Wagner Berno de Almeida.....</i>	15
TRABALHO DE CAMPO E "ESTUDOS DE COMUNIDADES": DEBATES ANTROPOLÓGICOS PÓS- II GUERRA MUNDIAL. <i>Itala Tuanny Rodrigues Nepomuceno.....</i>	37
HARRIS E WAGLEY NA ÁFRICA PORTUGUESA E O FIM DO LUSOTROPICALISMO. <i>Riccardo Rella.....</i>	69
O FAZER ETNOGRÁFICO DE JOSEPH B. CASAGRANDE EM <i>IN THE COMPANY OF MAN</i>. <i>Vinicius Cosmos Benevegnú.....</i>	93
"FACING MOUNTAIN KENYA": JOMO KENYATTA FRENTE À ACADEMIA E ÀS POLÍTICAS DO SISTEMA COLONIAL BRITÂNICO. <i>Rosa Elizabeth Acevedo Marin.....</i>	115
ANTROPOLOGIA DO SUDÃO: RAÍZES HISTÓRICAS DE UMA DISCIPLINA EM SUAS RELAÇÕES COM O MISSIONARISMO E COM O COLONIALISMO DO CONDOMÍNIO ANGLO EGÍPCIO . <i>Suellen Precinotto.....</i>	141

CURSOS.....	183
UMA DISCUSSÃO SOBRE AS PRÁTICAS DE TRABALHO DE CAMPO: FIELDNOTES.....	183
ANTROPOLOGIA POLÍTICA – DESCOLONIZAÇÃO, POLÍTICA E IDENTIDADE: DISCUSSÃO DE FILMES E LIVROS.....	199

NOTA DO ORGANIZADOR DO LIVRO À GUIA DE APRESENTAÇÃO

A elaboração deste livro ora apresentado decorre tanto de cursos ministrados para mestrandos e doutorandos de diferentes programas de pós-graduação em ciências sociais, notadamente de antropologia, focalizando leituras críticas e temas relacionados ao colonialismo; quanto de experimentação de pesquisas na Amazônia e no continente africano, produto de colaboração científica entre instituições acadêmicas e movimentos sociais do Brasil e do Quênia. No decorrer das atividades letivas de 2014 a 2021 trabalhei em cursos referidos ao processo de descolonização, desencadeado logo após a II Guerra Mundial, abordando principalmente as relações entre etnia e nação e as lutas dos movimentos de libertação nacional no continente africano. Tais atividades de ensino coadunavam-se com o projeto de pesquisa “Cartografia Social e Capacitação Técnica de Pesquisadores e Movimentos Sociais no Quênia e no Brasil”, do qual fui coordenador. Este projeto foi realizado de 2014 a 2019, a partir de cooperação técnico-científica entre o PPGCSPA-UEMA, o PNCSA/UEA/UFAM, a Universidade de Nairobi, faculdades de direito e geografia, e a Kenya Land Alliance (KLA), associação voluntária da sociedade civil voltada para as questões fundiárias, em particular as “terras comunitárias”. Foi financiado pela Fundação Ford, cujos escritórios em Nairobi e Rio de Janeiro acompanharam a execução das atividades. No âmbito desta pesquisa ocorreram três visitas de membros da Universidade de Nairobi e da KLA à Amazônia, mais exatamente ao Amazonas, ao Pará e ao Maranhão totalizando nas três viagens 11 quenianos, sendo seis com vínculos formais com a universidade, dois representantes do povo Endorois e três integrantes do KLA. Ocorreram também duas visitas da equipe do PNCSA ao Quênia, perfazendo cinco pesquisadores e um representante de comunidade quilombola, a qual foi também posteriormente visitada pelos quenianos. Os resultados consistiram de 02 fascículos elaborados no próprio no Quênia pela equipe da KLA e dois livros publicados no Brasil além de 10 (dez) **Reports**. A periodicidade destes relatórios, tinha como objetivo registrar a permanência dos quenianos em comunidades indígenas, localizadas na região metropolitana da capital

amazonense, e em comunidades quilombolas do Maranhão - Alcântara, Penalva, Camaputua - e do Pará, Ilha de Marajó. Registrava também as atividades dos pesquisadores do PNCSA na Universidade de Nairobi, no laboratório de geoprocessamento, do departamento de geografia; na sede da KLA, em Nakuru; na sede departamental e administrativa em Isiolo e principalmente em tres comunidades no Kenya, quais sejam a comunidade Lobo, no território dos Endorois junto ao Lago Bogoria, em Baringo, e as comunidades Kiguluku e Kibwaga, na região de Kwale, entre Mombaça e a fronteira com a Tanzânia, pressionadas pela expansão de grandes plantações canavieiras e por projetos de extração mineral. Nesta comunidade observamos uma oficina de apresentação dos resultados de mapeamento social realizado sob a supervisão do KLA. Em 2015 havíamos feito também uma viagem a Isiolo, com o intuito de averiguar as possibilidades de mapeamento social em comunidades desta região a ser impactada pelo corredor LAPSET porém constatamos que tal não seria possível, principalmente em decorrência da alta conflituosidade entre os grupos sociais. Nestes dois anos após o final do projeto, continuamos mantendo contatos com os Endorois e com a KLA, que agora atua no Lago Turkana também, discutindo questões relativas a mapeamento social e à produção de novos fascículos. O intercambio mais recente de informações ocorreu em janeiro de 2021 em evento realizado, de maneira virtual, na Universidade de Insburg, Áustria. Hillary k'Odieny, integrante do KLA, foi indicado pelo PNCSA aos organizadores para participar do evento em torno do projeto *“Micro Land Grabbing”*. Da equipe do PNCSA/PPGCSPA-UEMA participaram deste evento as antropólogas e professoras Patrícia Portela Nunes e Cynthia de Carvalho Martins, coordenadoras do PPGCSPA.

Estas relações de pesquisa no Quênia facultaram contatos com documentação histórica sobre os Endorois e sua ação judicial contra o governo do Quênia, e com trabalhos de Jomo Kenyatta, que frequentou a London School of Economics (LSE), em Londres, foi orientado de B. Malinowski e, depois de proclamada a independência, tornou-se o primeiro presidente do Quênia. Levantamos ainda referências cartográficas e econômicas sobre corredores logísticos e megaprojetos minerais no Quênia, na Etiópia e no Sudão e obtivemos informações esparsas sobre os “campos de refugiados” em torno de Dadaab, onde há uma base da ACNUR, no nordeste do Quênia. Os três campos

de refugiados aí localizados: Hagadera, Ifo e Dagahaley, abrigavam populações deslocadas em decorrência de conflitos armados no Sul a Somália. Em 2012 chegaram a comportar 350 mil refugiados.

Em outros termos a pesquisa facultou uma aproximação nossa com pessoas e instituições de diferentes etnias e países africanos. Cabe registrar o fato de um dos antropólogos do PNCSA, que participou ativamente da discussão e do intercâmbio com os quenianos e que elaborou a orelha do presente livro, o professor Emmanuel de Almeida Farias Jr, ter seu projeto aprovado sobre os efeitos da política agromineral sobre as comunidades tradicionais face à implantação do corredor logístico de Nacala, em Moçambique, onde já realizou trabalho de campo em 2019. Outra menção necessária diz respeito à pesquisa na área da ciência jurídica efetivada pela doutora em direito e professora da Universidade Federal de Uberlândia, Sheilla Borges Dourado, também pesquisadora do PNCSA, que estuda a ação judicial dos Endorois. Ela, inclusive, elaborou um box que acompanha os artigos que compõem o livro.

Os cursos realizados sob minha responsabilidade foram dois, sendo ministrados em duas versões cada um. Estampeei suas ementas ao final deste livro, porquanto enfatizam as experiências etnográficas e os problemas no decorrer dos trabalhos de campo, contendo referências bibliográficas ou de filmes e vídeos.

i) O primeiro curso intitulado “Antropologia Política – Descolonização, política e identidade. Uma discussão de filmes e livros” foi ministrado em cursos de doutorado do PPGSCA e PPGAS da UFAM, no primeiro semestre de 2016 e no segundo de 2019. Privilegiou análises fílmicas de lutas de libertação nacional na Índia, na Argélia, no Quênia, na África do Sul e no Congo, mostrando o processo de produção de filmes e de vídeos como uma prática etnográfica. Destacaram-se na primeira versão deste curso Aniceto Cantanhede e Emmanuel de Almeida Farias Jr., que atuaram como professores assistentes e contribuíram de maneira permanente nas discussões, assinalando outros temas e filmes que poderiam ser incluídos.

ii) O outro curso, ministrado em 2017 e 2019, referente às práticas de campo, recupera experiências de pesquisa desde os trabalhos

de H. Maine na Índia, na segunda metade do século XIX, contemplando os trabalhos de F. H. Cushing, F. Boas, W. Rivers, Malinowski, Sol Tax, G. Foster, C. Wagley e M. Harris, dentre outros.

Nestes cursos, frequentados por doutorandos e mestrandos de pelo menos seis diferentes programas de pós-graduação (PPGSCA-UFAM, PPGAS-UFAM, PPGAS-UFRN, PPGA-UFPA, PPG em Desenvolvimento Social-UNIMONTES, PPGICH-UEA), destacaram-se inúmeros participantes, cuja intervenção nas discussões contribuiu para muitos dos argumentos reproduzidos nos textos ora publicados. Permito-me mencionar aqui alguns destes colegas que participaram ativamente das discussões: Eriki Aleixo de Melo, Fernanda Oliveira Silva, Marcos Alan Farias, Paula Stolerman, Adinei Almeida Crisostomo, Juliene Pereira dos Santos, Roberta Brangiono Fontes, Bruna Beatriz de Oliveira Cruz, Nelma Catulino de Oliveira e Daniel Brandão, .

Assim, três dos textos que compõem este livro são frutos dos exercícios de curso que foram selecionados para integrá-lo. Sim, foram selecionados três exercícios de autoria de: - Ricardo Rella, analisando as viagens de Marvin Harris e Charles Wagley a Moçambique; - Itala Tuanny Rodrigues Nepomuceno, examinando a gênese social do conceito de comunidade e suas redefinições; e - Vinicius Cosmo Benevegno, discutindo as práticas etnográficas selecionadas por Joseph B. Casagrande no seu livro **In The Company of the Man**, que contém 20 entrevistados-chaves. O quarto artigo é de autoria de minha colega de PNCSA, professora Rosa Acevedo Marin, focalizando a trajetória de Jomo Kenyatta, primeiro presidente do Quênia, e os pareceres dos especialistas ingleses sobre a posse e o uso da terra, objetivando instituir uma legislação consoante seus interesses. Sublinha os efeitos de uma “elite dirigente nativa” pelos colonizadores ingleses. O quinto artigo é de uma convidada indicada pela própria professora Rosa Acevedo, que privilegia uma análise dos antropólogos colaboradores no periódico **Sudan Notes and Records**, criado em 1918 e menciona os antropólogos em suas tarefas oficiais, inclusive como conselheiros militares.

Objetivando aproximar os diferentes textos selecionados elaborei um artigo introdutório, cujo propósito consistiu numa reconstituição crítica dos debates no campo da antropologia, elencando as diferentes

posições e respectivas abordagens, as práticas e os discursos, os atos e as falas dos antropólogos mediante as redefinições das formas de colonialismo desde a Revolta dos Sipaios, em 1857-59, na Índia, até o processo de descolonização do pós-II Guerra Mundial. Tal processo foi desencadeado a partir de 1945, passando pela crítica dos resultados da Conferência de Berlim, de 1884-85 – da qual participa Portugal - e pelo Massacre de Jallianwala Bagh, no Punjab, em 1919. Enfatizei as sucessivas transformações no trabalho de pesquisa dos antropólogos e conferi atenção às designações que eles mesmos atribuíram a elas.

Ao final do livro estampeei as ementas dos dois cursos, agrupando indistintamente as duas versões e os respectivos acréscimos.

A iniciativa deste livro ocorreu concomitantemente com os trabalhos de edição do volume 2 da revista **Guarimã**, publicação periódica do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão. No tópico relativo aos debates acadêmicos no campo da antropologia foi contemplado um texto inédito em português de autoria do antropólogo Marvin Harris, datado de 1958, sobre sua pesquisa em Moçambique, intitulado Portugal's African "Wards", que contempla críticas relativas aos autores que defendem existir no Brasil, antiga colônia portuguesa, uma "democracia étnica avançada" e uma "democracia racial" que poderiam servir de inspiração e modelo para as então colônias portuguesas na África. Há um projeto teórico nesta ordem de recolocar como objeto de reflexão a contemporaneidade dos efeitos do colonialismo sobre a organização social das antigas colônias.

Os agradecimentos vão para todos os participantes dos cursos mencionados e do projeto de pesquisa de cooperação científica com os quenianos. As relações sociais na ação pedagógica e nos trabalhos de pesquisa inspiraram argumentos e interpretações que marcam este livro ora apresentado.

ANTROPOLOGIA EM CINCO ATOS E APPROACHES:

*Anthropologues Gouvernementaux, Practical Anthropology, Applied Anthropology, Anthropology at work e Action Anthropology -
contraposições e contrastes.*

Alfredo Wagner Berno de Almeida¹

1- Introdução

Para fins de discussão procedi a uma reconstituição crítica dos debates no campo da antropologia, elencando as diferentes posições e respectivas abordagens, as práticas e os discursos, os atos e as falas dos antropólogos mediante as redefinições das formas de colonialismo desde a Revolta dos Sipaios, em 1857-59, na Índia, até o processo de descolonização do pós-II Guerra Mundial desencadeado a partir de 1945, passando pela Conferência de Berlim, de 1884-85 – da qual participa Portugal –, pelo massacre dos Zulus, em 1879, e pelo Massacre de Jallianwala Bagh, no Punjab, em 1919. Neste sentido o artigo, de certo modo, se inscreve com destaque num capítulo da história do conhecimento antropológico, que relaciona a antropologia, em diversos períodos históricos, com os diferentes *modi operandi* do colonialismo.

No sentido de apresentar com acuro as rupturas consecutivas nas práticas de pesquisa dos antropólogos recorri às próprias expressões cunhadas por eles próprios para designá-las, em diferentes períodos históricos. Busquei contrapo-las umas às outras, objetivando delinear os contrastes e as distinções teóricas. Elas por si só deixam entrever uma certa autoevidencia, que merece ser detidamente explicada, uma vez que não se restringem às escolas de pensamento nem tão pouco a critérios usuais de periodização adotados pelas histórias da ciência e em especial da antropologia.

1. Antropólogo. Professor do PPGCSPA da UEMA e do PPGSCA da UFAM. Pesquisador CNPq.

2- A ANTROPOLOGIA E UM NOVO *MODUS OPERANDI* DO COLONIALISMO

Com o propósito de propiciar uma compreensão mais acurada dos debates que marcaram a pluralidade de abordagens teóricas, que marcaram o campo da produção antropológica nas duas décadas que sucederam ao fim da II Guerra Mundial procedi a uma *gênese social das posições dos antropólogos* e do trabalho teórico com os conceitos, numa retrospectiva crítica das interpretações usuais sobre o processo de descolonização. Privilegiei a *análise de dispositivos datados de antes*, durante e do pós-II Guerra. De acordo com esta clivagem, cujas fragmentações foram baseadas nas próprias designações estabelecidas pelos antropólogos e suas sociedades científicas, importa asseverar que, após a I Guerra Mundial, quando se registrou a derrocada de quatro impérios (russo, otomano, austro-húngaro e alemão), ocorreram rearranjos institucionais, na ação colonial do Estado, concernentes à antropologia como instrumento de poder. Tais deslocamentos institucionais emanados do principal império vitorioso na guerra, o império britânico, tiveram efeitos penetrantes nos diferentes esquemas explicativos adstritos ao evolucionismo, às *escolas de pensamento* referidas ao funcionalismo e ao difusionismo, bem como na relação de seus respectivos adeptos com os procedimentos adotados nos seus respectivos trabalhos de pesquisa. A ocorrência destes deslocamentos se dá num momento em que se encontram fragilizadas em demasia a capacidade demonstrativa e a força analítica, seja de uma visão linear do tempo, própria do evolucionismo, seja da noção de espaço dos difusionistas, fundada em esquemas interpretativos desenvolvidos em diferentes regiões das quais eles seriam propagados por movimentos migratórios. Vale sublinhar, inclusive, que F. Boas, que possuía formação em geografia e acionava com rigor a noção de espaço, delineando territórios na realização dos trabalhos de campo, renuncia em 1924 ao difusionismo (Brelet,1995:35). Essas rupturas concomitantes facultaram condições de possibilidade para uma preponderância do funcionalismo, cujos procedimentos metodológicos, trabalhados por Malinowski, enfatizavam uma organização social

caracterizada por interseções entre as partes, compondo uma totalidade. Pode-se afirmar que tal formulação se trata de um lugar-comum das histórias da antropologia, o que evidencia as dificuldades usuais em se estabelecer rupturas e clivagens que não sejam estas ditadas por critérios tributários das escolas de pensamento. Busquei, pois, empreender uma interlocução crítica com a autoevidência desses marcos, relativizando-os e refletindo sobre a pertinência de critérios relacionais. Nesta ordem o esforço analítico do presente trabalho consiste em refletir sobre a relação entre os atos de Estado, tomados como lugares de indagação etnográfica, e a lógica dos debates que levaram os antropólogos a diferentes posições e abordagens num mundo abalado por sucessivas guerras e transformações políticas.

2.1- “ANTHROPOLOGUES GOUVERNEMENTAUX”: ANTROPÓLOGOS COMO ADMINISTRADORES COLONIAIS

Assim, após a I Guerra Mundial, a partir das experiências exitosas em expedições científicas² e no trabalho de campo dos antropólogos com povos primitivos de regiões remotas, localizadas em possessões do império britânico, ganha força uma proposição do governo imperial de **formar sistematicamente os seus administradores coloniais, com critérios de competência e saber da antropologia**. Em decorrência da adoção desta medida, em 1921, *são designados os primeiros “antropólogos governamentais”* ou, como sublinha Brelet “*anthropologues gouvernementaux*” (Brelet,1995:39), para exercerem oficialmente suas atividades funcionais nas colônias, assumindo suas obrigações de “administradores territoriais” inicialmente baseados na Nova Guiné. O conceito de colônia³, que *é tributário da biologia*, concerne, no presente caso, ao

2. Refiro-me dentre outras expedições às seguintes: i) àquela de 1898 ao Estreito de Torres, faixa de mar que separa a Nova Guiné da Austrália, realizada pela Universidade de Cambridge, focalizando documentalmente os povos desta região e suas culturas consideradas como “ameaçadas de extinção” e ii) à Expedição Etnográfica Cooke Daniels à Nova Guiné britânica, em 1904, financiada pelo comerciante que deu nome a ela. A. Haddon, W. Rivers e o também antropólogo e médico C. G. Seligman, que participou de ambas expedições, publicou o livro **The Melanesians of British New Guinea**, em 1910, e foi o orientador de B. Malinowski.

3. De acordo com Hughes, as ciências sociais tomariam à ecologia o significado de “colônia”, que se refere

processo histórico de expansão europeia com a submissão econômica e política de unidades sociais específicas (povos, comunidades, tribos, grupos) ou regiões (designadas como “possessões”, “províncias de ultramar” ou “departamentos”) a um determinado domínio imperial. Na interpretação de Brelet esta finalidade administrativa e utilitária do conhecimento antropológico⁴, institucionalizada em 1921, consiste num instrumento de gestão de populações, considerado propício pelas autoridades imperiais britânicas à “pacificação das tribos” e a uma utilização mais eficaz da força de trabalho indígena (“nativa”) na extração mineral (Brelet, 1995:38, 39). Esta medida de “pacificação” visava ajustar temperamentos belicosos ou potencialmente insurgentes, isto é, objetivava identificar, com recursos teóricos, tomados sobretudo à etnografia, os conflitos sociais latentes, evitando que os administradores coloniais perdessem o controle sobre eles.

O império britânico historicamente recorria a juristas, militares e missionários para dirimir estas contendas em torno de posse e uso de terras e para implementar as “missões civilizatórias” e as chamadas “pacificações”⁵. Episódios então recentes como o massacre de Jallianwala

a conceitos-chaves concernentes a agregações de organismos simbióticas ou competitivas e à maneira como elas se desenvolvem, como se destroem e como se sucedem umas às outras. Nos anos 1950-60, com os movimentos de libertação nacional, o termo teria sido explicitamente politizado emergindo num vocabulário anti-colonialista atrelado aos processos reais referidos às mobilizações pela autodeterminação e composto de termos tais como: colonialismo, neocolonialismo e decolonização. Vide Hughes, Everett C. – “Colonies, Colonization and Colonialism”. In Bennett J. W. (ed) – **The New Ethnicity. Perspectives from Ethnology. (1973- Proceedings of The American Ethnological Society)**. St. Paul/San Francisco. West Publishing CO. 1975 pp 13-22

4. Vide Brelet, C. – **Anthropologie de L'ONU. Utopie et Fondation**. Paris. Editions L' Harmattan. 1995

5. Em episódios de sublevações ocorridos em período históricos anteriores o império britânico, após reprimir os revoltosos, havia recorrido a juristas para elaborarem dispositivos legais capazes de “pacificar” as colônias. Uma ilustração mais conhecida diz respeito à chamada “Revolta dos Sipaios” ocorrida na Índia, em 1857-58, compreendendo uma série de levantes e incêndios contra a ocupação britânica, matando vários oficiais britânicos e, na tomada de Delhi, muitos europeus. Isto levou o império britânico a desencadear uma truculenta repressão até 1859 e a solicitar os recursos intelectuais de juristas, como Henry Maine, que desenvolveu uma noção operacional de **tribo**, consoante elementos do direito consuetudinário dos “nativos”, para delimitar as circunscrições administrativas naquela colônia, envolvendo instituições e saberes dos povos subordinados. Maine foi designado para o Conselho administrativo da Índia onde permaneceu de 1862 a 1869. O livro de Maine intitulado **Ancient Law** (1861), tornou-se leitura obrigatória para todos os administradores coloniais de diferentes regiões de Ásia e África, contribuindo significativamente, ao proceder ao reconhecimento de normas locais religiosas e laicas, para o que hoje se designa de “antropologia jurídica”. Consulte-se para maiores informações: Mandani, Mahmood - “What’s a tribe?” **London Review of Books**, vol.34 n.17. September. 2012.

Além deste episódio de repressão sanguinolenta na Ásia, mais exatamente na Índia, e também de atos repressivos no Afeganistão (1878-1880), faz-se necessário mencionar as ações truculentas do império

Bagh⁶, ocorrido na Índia, no Estado do Punjab, em 1919, demonstraram um grave desgaste de uma determinada forma de colonialismo apoiada em atos repressivos sangrentos e em punições com tropas militares sob comandos com relativa autonomia para abrir fogo contra supostos amotinados ou rebeldes.

Em termos de uma cronologia das formas de colonialismo da administração imperial britânica, Mandani (2012) registra que, a partir de 1858, a Coroa britânica passa a assumir esta gestão, que entre 1757 e 1858, tinha ficado a cargo de um empreendimento privado, a East India Company ou Companhia Britânica das Índias Orientais. Esta Companhia possuía, inclusive, força militar própria ou uma polícia indígena composta de sipais ou soldados indianos – hindus e muçulmanos- sob as ordens de oficiais britânicos. A Coroa decreta o fim do governo da referida Companhia e chama a si a plenitude da governação. Passa a operar com noções baseadas nas formulações de Maine que por assim dizer reinventam o “nativo”, cuja personalidade jurídica passa doravante a ser considerada a “tribo”. Mandani descreve Maine como um precursor do trabalho etnográfico ao deixar entrever que o tribalismo consiste numa etnicidade reificada. Na Índia as tradições “nativas”, do ponto de vista de Maine, na reformulação e justificativa do governo colonial, levaram ao reconhecimento de diferenças culturais ao se assemelharem a um museu vivo de costumes em que as relações de parentesco se mostravam essenciais. Em suma, a lógica das instituições “nativas” para Maine deveria ser encontrada nos costumes e tradições

britânico na África, utilizando armas de fogo (artilharia/com canhões, infantaria/com Martini-Henry rifles e revólveres/450 Adams e 442 Webley Royal) contra velhos mosquetões, escudos e lanças dos povos indígenas. Tais massacres são classificados pelos historiadores como “guerras”, a saber: contra os Ashanti, em 1863/64 e 1873/74, localizados no que hoje corresponde a Gana, e contra o Reino dos Zulus, no que hoje corresponde à África do Sul, em 1879. Para maiores informações sobre o massacre dos Zulus consulte-se: Hoare, James (ed)- **The Anglo-Zulu War of 1879. The Causes, the Conflicts, the Consequences**. Key Publishing Ltd. Lincolnshire/England. 2019. Para um aprofundamento sobre a ação colonial militar britânica no Afeganistão leia-se o texto de F. Engels, publicado em 1858 pela *The New American Cyclopaedia* e divulgado no Brasil pela primeira vez, em tradução de Clara Alain, pela *Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 de outubro de 2001, sob o título “A derrota britânica no Afeganistão”.

6. Também conhecido como “Massacre de Amritsar”, em que que militares britânicos, em abril de 1919, no Punjab, dispararam suas armas de fogo contra civis desarmados, assassinando mais de 370 pessoas e ferindo outras 1.200, quando comemoravam o festival Hindu e Sikh de Baisakhi. Mediante a repercussão desta chacina a Câmara dos Comuns instituiu uma Comissão de investigação, em julho de 1920, e censurou o oficial militar que comandava as tropas Brigadeiro-General Reginald Dyer.

locais. O resultado final consistiria num ideal de transformação dos “indianos em ingleses”.

A força ideológica deste projeto colonial, executada segundo mediações de uma transição nas formas de colonialismo, levou os colonizadores a dividirem, sobretudo a partir da Conferencia de Berlim de 1884-85, as populações dominadas em dois grandes grupos consoante duas categorias *básicas*: “raça” e “tribo”. O critério de “raça” homogeneizava os povos colonizados e era regido por “leis civis”, enquanto aquele referente a “tribo” dividia as populações em dois grandes subgrupos: “pessoas nativas” e “pessoas não-nativas” e era regido pelos direitos consuetudinários. Haveria tantos direitos baseados nos costumes, quanto a quantidade de tribos? Tal subdivisão preconizava, portanto, uma relação de poder entre o Estado e os critérios de “origem”. Estes foram estabelecidos na Índia articulando um significado de tribo apoiado em três identidades políticas entre os povos colonizados: “casta”, “religião” e *a própria circunscrição relativa à “tribo”*. *A noção de tribo consistia, deste modo, num produto de leis elaboradas por um Estado colonial que impõe identidades coletivas em assuntos de cidadãos ou que seriam individuais e, portanto, institucionaliza a vida em grupo tal como explicitado pelos recenseamentos.*

Esta arquitetura do poder colonial foi consolidada e expandida para as colônias das 14 metrópoles europeias, que participaram da chamada “partição da África”, efetuada pela Conferência de Berlim, de 1884-85. O continente africano foi redesenhado⁷ nos moldes de um “zoneamento tribal” com toda a complexidade e a incongruência de seu significado. Com o expansionismo europeu no continente africano, intensificam-se os esforços diplomáticos para discutir soberania sobre territórios indígenas e as chamadas “expedições científicas”, que

7. O “mapa rosa” ou “mapa cor-de-rosa”, referido no texto de Marvin Harris, intitulado “*Portugal’s African “Wards”*”, trata-se do mapa que apresenta a pretensão de Portugal, à Conferencia de Berlim, de tornar colônias sob seu controle efetivo todos os territórios tribais localizados entre Angola e Moçambique, onde atualmente se situam Zambia, Zimbawe e Malawi, numa vasta extensão que ligava o Oceano Atlântico ao Indico. Esta proposta dos colonialistas portugueses de exercerem soberania sobre esta imensa faixa de terra entre os oceanos foi prontamente recusada. Em janeiro de 1890, o império britânico deu um Ultimato a Portugal, exigindo a imediata retirada das forças militares portuguesas estacionadas em áreas correspondentes hoje ao Zimbabwe e ao Malawi. O recuo português tornou-se evidente.

propiciavam aos estrategistas metropolitanos dados empíricos sobre realidades localizadas. Tais artifícios competitivos dos poderes coloniais parecem só ter adiado as grandes transformações que se intensificaram com o fim da I Guerra Mundial. Assim, em 1920, novas e profundas modificações administrativas são feitas nas gestões coloniais. Mediante a repercussão internacional do massacre de Jallianwala Bagh e as críticas à violência da administração britânica uma outra modalidade de confrontar as revoltas ou administrar conflitos, acionando intensamente mecanismos de dominação simbólica, passou a ganhar força. As punições sanguinolentas dos códigos penais, que regiam as colônias, foram aparentemente suavizadas com iniciativas que adquiriram jurisprudência tendo como suporte as interpretações de Maine. No próprio significado de “pacificação” adquirem proeminência componentes imateriais⁸ dissociados das missões religiosas e mais vinculados a economistas-estrategistas, que visavam conquistar os vários circuitos de mercado de produtos industrializados e das matérias-primas imprescindíveis à sua produção.

Historicamente os juristas legalizavam a colonização de unidades sociais e de recursos naturais, naturalizando-as através dos rituais de instituição de dispositivos legais. Códigos, leis, resoluções e “protocolos” de caráter administrativo, bem como cadastros, censos, zoneamentos e regulamentos, legitimavam uma forma de dominação externa às unidades sociais, ainda que, eventualmente, utilizando componentes do direito consuetudinário ou dos “costumes” de uma tribo, comunidade ou povo indígena. Aos militares cabia assegurar o cumprimento efetivo destas disposições jurídicas com intervenções emergenciais. Esta passagem institucional assinalada em 1921, de uma dominação “por fora”, perpetrada por juristas e militares, para uma dominação “por dentro”, executada por antropólogos ou a partir do conhecimento antropológico, chama a atenção para um novo *modus operandi* do colonialismo. A repressão armada, executora fiel dos

8. Para outras referências teóricas, quanto a abrangência do significado de “pacificação”, consulte-se: Pacheco de Oliveira, João - “Pacificação e Tutela Militar na Gestão de Populações e Territórios”. *Mana* 20 (1). 2014. Pp 125-161

dispositivos jurídicos, é substituída ou passa a complementar uma forma de executá-la com base em elementos intrínsecos a cada uma das tribos ou comunidades subordinadas. Modelos de família, sistemas de parentesco, regras de extração e cultivo, que disciplinam a relação com os recursos naturais; normas de aliança e calendários de festividades religiosas consistem em elementos descritivos que irão ser incorporados pela estrutura operativa da ação colonial. Os antropólogos, são acionados como capazes de aprimorar as proposições de Maine. Eles relativizam as “leis civis”, e se tornam protagonistas ou os principais agentes articuladores dos mecanismos subordinação de povos e etnias à política colonial do império britânico, num momento histórico em que a repressão armada ou a guerra é substituída pelo recurso ao conhecimento científico e por fatores simbólicos ou imateriais, que não correspondem mais e principalmente à *ação de missões religiosas*. As formas de subordinação, incentivando “assimilações” e maior incorporação de “nativos”, parecem orientar os mecanismos de poder local. Elas se dão “por dentro” do universo moral e das categorias de pensamento dos que compõem as unidades sociais colonizadas (povos, comunidades, tribos ou grupos) a despeito de não acabarem definitivamente com as medidas punitivas e com os instrumentos de suplício, que tem os corpos como alvo de repressão⁹.

Em outras palavras está-se diante de artifícios de submissão efetiva e formal de antropólogos e seus recursos teóricos à brutalidade da ação colonial. Os riscos desta incorporação subordinada levaram Malinowski a alertar os antropólogos e recomendar com toda prudência crítica a relevância de uma certa simpatia pelos indígenas e uma administração colonial menos brutal e rígida e capaz de relativizar

9. No *Hoa Lo Prison Historical Relic*, museu localizado no centro de Hanói (Vietnam), encontram-se em exposição troncos com buracos em que eram presos os pés dos prisioneiros, uma imensa guilhotina, ferros que comprimiam corpos, minúsculas solitárias e inúmeros outros instrumentos de tortura, que foram deixados pelos colonialistas franceses após sua derrota e rendição incondicional na batalha de Diên Biên Phu, em 1954. Visitei este museu em 2018 e fiquei aterrorizado com as condições lúgubres das solitárias e com as ferramentas cortantes - a molde de turqueses e alicates - utilizadas para torturar os prisioneiros. A guilhotina me surpreendeu em demasia, pois, ingenuamente a imaginei abolida do sistema penal francês após o fim do século XVIII e da instituição dos direitos dos cidadãos. Para maiores informações a respeito consulte-se: **Administration Board of Hoa Lo Prison Historical Relic**. Hanói.2013 pp.10-15.

algumas medidas absolutamente autoritárias. Afinal, o desempenho de tais funções “pacificadoras” diferia bastante daquelas atividades de obtenção de itens de coleções etnológicas para museus imperiais, predominantes desde meados do século XIX, que nomearam um capítulo das histórias da antropologia, classificado como “coleccionismo”, ou das análises e inventários de léxicos designativos de relações de parentesco ou ainda das descrições etnográficas, que consolidaram o trabalho de campo como componente teórico imprescindível, empreendidas de 1878 a 1918, notadamente por F. H. Cushing, F. Boas, W. Rivers e B. Malinowski.

2.2- PRACTICAL ANTHROPOLOGY

Em 1929, quando já ocupava há cinco anos o posto de diretor da *London School of Economics and Political Science*, mais conhecida como London School of Economics (*LSE*), Malinowski elabora uma recomendação de “controle científico da cooperação colonial” (“*scientific control of colonial co-operation*”), ou seja, um controle exercido pela compreensão da cultura dos denominados “nativos” e pelas suas próprias organizações. Como desdobramento, tem-se que mediante os rituais de instituição da profissão de antropólogo e de reconhecimento da eficácia do uso de seus métodos, Malinowski estimula seus estudantes a ocuparem a maior parte dos postos disponíveis na Grã-Bretanha e no *Commonwealth* distribuindo-os por todas as partes do vasto império britânico, vale dizer, pelos quatro cantos do mundo. Para Malinowski¹⁰ um dos primeiros passos da pesquisa antropológica consistiria no conhecimento detido da organização política das tribos indígenas *e da dinâmica de seu funcionamento*. Esta abordagem possibilita observar o papel dos líderes e estabelecer uma distinção entre funções administrativas racionais-legais e a autoridade conferida a eles pelo poder local religioso e moral. Assevera que os indígenas têm suas próprias leis criminais, suas “línguas primitivas” com respectivas gramáticas e um sistema de

10. Vide Malinowski, Bronislaw – *Practical Anthropology*. **Journal of the International African Institute**. Vol.2 No.1, January, 1929. pp. 22-38. Published by Cambridge University Press.

princípios concernente aos direitos individuais ou comunais à terra. Chama a atenção para a educação dos indígenas e para outros problemas da população como aqueles de higiene. O conhecimento científico destes problemas pode ser assegurado com base no treinamento de pessoas nos *métodos antropológicos* de verificação *in loco*, que permitiriam aplicações práticas em problemas da vida cotidiana.

O significado deste conjunto de argumentos e atos, que privilegiam o que é intrínseco aos “nativos” e suas próprias especificidades organizativas, designado como **antropologia prática** (*practical anthropology*), representa, de certo modo, uma postura de afirmação da teoria antropológica por Malinowski face à ofensiva de uma ação colonial absolutamente utilitarista, que delineava um uso absoluto do conhecimento antropológico para controlar potenciais conflitos. Semelhante premissa, que orientaria a aplicação prática do conhecimento científico, levou a LSE, dirigida por Malinowski de 1924 a 1942, a se empenhar na formação de líderes recrutados nas “elites nativas” das colônias. Desde sua fundação, em 1895, a LSE valorizava a diversidade do corpo discente e Malinowski acompanhou com acuro as modificações do papel da instituição face às novas iniciativas colonialistas, sem comprometer critérios de excelência e a perspectiva crítica. A LSE se torna o principal centro de formação de lideranças “nativas”, que passam de uma retórica de críticas ao próprio colonialismo britânico, nos anos de 1930 a 1945, para uma ação política direta de mobilizações pela independência, no pós-guerra, isto é, de 1945 a 1975, através, inclusive, de movimentos armados de libertação nacional. Antes e durante a II Guerra Mundial encontravam-se em Londres muitos líderes africanos. Alguns deles, como o queniano Jomo Kenyatta¹¹

11. Em 1929 Kenyatta viaja para Londres para tratar de interesses ligados à posse de terras dos Kikuyu, em 1930 retorna ao Quênia e em 1932/33 vai para Moscou, onde estudou economia. Volta a Londres e estuda com Malinowski além de vincular-se a um grupo de intelectuais militantes como C. R James, Eric Williams, Paul Robenson e Ralph Bunche. Kenyatta é orientado por Malinowski, que escreve a introdução de sua tese, defendida em 1938 e tornada livro Intitulado: **Facing Mount Kenya. The Tribal Life of the Gikuyu**. Vintage Books Edition. Oct. 1965. Este livro teve várias edições. Além de relativizar a ação política de lideranças como Kenyatta, recuperando a relevância da ação independentista daqueles que as autoridades coloniais classificavam como “agitators”, no seu Prefácio, Malinowski demonstra em sua correspondência ativa como Kenyatta estava voltado para o trabalho de campo e a pesquisa antropológica. Para tanto consulte-se: Stocking, Jr., G.W. – “Maclay, Kubary, Malinowski. Archetypes from the Dreamtime of Anthropology” in Stocking Jr., G. W. (ed) - **Colonial Situations. Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge**. The University of Wisconsin Press. 1991 pp. 9-74

e Sylvanus Olympio¹², do Togo, frequentaram formalmente a *London School of Anthropology* e aí defenderam suas teses. Outros interagiram com lideranças africanas anglofonas¹³, que também se encontravam estudando em Londres, como o ganense Kwame Nkrumah, ou caribenhas como C. R. James¹⁴ e Eric Williams¹⁵, de Trindade e Tobago. Kenyatta e Nkrumah se mobilizaram em conjunto com os demais para organizar, em 1945, no final da guerra, o quinto Congresso Pan-Africano¹⁶, em Manchester (Inglaterra), e iniciaram uma participação militante nas mobilizações pela libertação nacional no Quênia, em Gana¹⁷, no Sudão¹⁸ e demais colônias africanas, bem

12. Sylvanus Olympio foi primeiro ministro do Togo, entre 16 de maio de 1958 a 12 de abril de 1960, e logo depois presidente do País, entre abril de 1960 e 13 de janeiro de 1963, quando foi assassinado durante um golpe de Estado. Se formou na LSE e seu mandato presidencial. Sylvanus era descendente de Francisco Olympio da Silva, afro-brasileiro que retornou do Brasil à África Ocidental no século XIX e constituiu uma das famílias mais poderosas do Togo, politicamente. Consulte-se: Mazrui, Ali-“Thoughts on Assassination in Africa”. **Political Science Quarterly** 83 (1).1968 pp 40-58. Se formou na LSE o que o habilitou para seu mandato presidencial.”

13. Não incorporei neste artigo os produtores intelectuais africanos e caribenhos, “francofonos”, que estudaram em universidades francesas, instituíram o conceito de “negritude”, tornando-o um componente do pan-africanismo, e lutaram nos movimentos de libertação nacional, tais como: Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor (Senegal) e Sékou Touré (República da Guiné).

14. Vale atentar que a primeira edição do conhecido livro de C. R. James, **The Black Jacobins** data de 1938.

15. E. Williams graduou-se em história pela Universidade de Oxford e transformou sua tese em livro intitulado **Capitalism & Slavery**, publicado em 1944. Foi primeiro-ministro de Trindade e Tobago, que se tornou independente em 1962.

16. Com a realização deste congresso lideranças africanas, como Kenyatta e Nkrumah, assumem a direção do movimento de integração política e econômica da África, que até então era dominado por norte-americanos e que nos primeiros congressos teve como principal formulador teórico William E. Burg Hardt du Bois, que defendia uma África unida, evitando uma fragmentação, e em estreita “cooperação dos descendentes negros de todas as partes do mundo”. A partir deste quinto congresso realizado em Manchester os líderes africanos transcendem as reivindicações anti-racistas, reforçando as lutas de libertação nacional. Realizam inúmeros eventos neste sentido nas décadas seguintes até que, em 1974, após vitórias consecutivas de independência, se reúnem no primeiro congresso realizado no continente, o sexto Congresso Pan-Africano, instalado em Dar Es Salam (Tanzânia). Tal mobilização política apregoava então a “luta contra o imperialismo” e todas as suas ações espoliadoras na África, bem como apoiava ativamente as lutas dos negros nos Estados Unidos e na Europa e a independência econômica das nações emergentes através da ênfase no conceito de autodeterminação. Havia dissensões e polêmicas internas no movimento pan-africanista às quais não iremos nos referir no presente texto..

17. Em 1957, com a independência de Gana, Nkrumah tornou-se o primeiro-ministro e governou até 1966, deposto por um golpe militar, enquanto estava em Hanoi (Vietnam). Jomo Kenyatta, por sua vez, foi primeiro-ministro do Quênia de 1963, ano da independência, até 1964, e o primeiro presidente do país de 1964 até 1978. Julius Nyerere tornou-se o primeiro presidente da Tanzânia, em 1961. Eric Williams foi primeiro ministro e presidente de Trindade e Tobago. Sylvanus e Lumumba tornaram-se primeiro ministro do Congo e do Togo respectivamente. Sylvanus tornou-se também presidente. Ambos foram assassinados em 1961 e 1963, em cruentos golpes de estado O Sudão conseguiu sua independência em 1956, a Nigéria e a Argélia em 1962.

18. Em 1930 os Nuer, povo nilota localizado no Sul do Sudão, foram estudados por Evans-Pritchard, que também frequentava os seminários de antropologia da LSE, tendo como professores Seligman e

como no Caribe. Mais tarde se uniu a eles o tanzaniano e pan-africanista Julius Nyerere, que estudou na Universidade de Edimburgo e foi presidente da Tanzânia após a libertação. *Não foi simples esta passagem de estudante na LSE a militante em organizações armadas e clandestinas.* Kenyatta permaneceu preso muitos anos sob a acusação nunca comprovada de atuar no movimento Mau Mau contra a ocupação inglesa, que foi duramente reprimido entre 1952 e 1957 pelas tropas britânicas¹⁹.

2.3- APPLIED ANTHROPOLOGY

Esta noção de **antropologia prática** (*practical anthropology*), incorporando “antropólogos indígenas”²⁰ foi trabalhada conceitualmente por Malinowski, desde 1929, numa certa contraposição aos denominados “antropólogos do governo”, que integravam as administrações coloniais britânicas. Seus efeitos nos Estados Unidos se fizeram sentir, quando Malinowski para lá se deslocou no início da II Guerra. Suas formulações foram inspiradoras, mas os orientados de Boas implementaram uma modalidade organizativa peculiar. Apesar de aparentes semelhanças, tem-se a emergência

Malinowski. Seu orientador de tese, Seligman, é classificado como um dos “pioneiros” no trabalho de campo junto aos povos indígenas do Sudão onde pesquisa desde 1909. Como já foi sublinhado o Sudão emancipou-se janeiro de 1956 e foi governado por um conselho de soberania até novembro de 1958, quando um oficial militar Ibrahim Abboud assume o poder e governa até novembro de 1964. Em 2012 após conflitos sociais em Darfur o Sudão do Sul separou-se do Sudão. Após o referendo de autodeterminação de janeiro de 2011 o Sul realizou a secessão e foi escolhido, sem eleição, o presidente do novo Estado, M. Kiir, dinka. Seu vice-presidente foi o nuer M. Machar. Seis anos depois foram intensificadas as lutas políticas, que a simplificação midiática apresenta como sendo uma disputa étnica entre os Nuer e os Dinka e em decorrência entre os soldados destas duas etnias. As razões econômicas desta “guerra civil” acham-se, entretanto, atreladas às tentativas de empresas petrolíferas tentarem monopolizar a extração e a circulação de petróleo. Para maiores esclarecimentos consulte-se: Prunier, Gerard – “Frères ennemis du Soudan du Sud- de la partition a la famine”. **Le Monde Diplomatique**. Juillet. 2017 p.8. Na interpretação deste conflito por R. Keucheyan ele critica os que descrevem o conflito como uma disputa entre “árabes” ou muçulmanos e “africanos” ou “nativos do Sudão” e explica historicamente. Ele cita o sociólogo Harald Welzer que classifica o conflito como tendo “causas ecológicas” percebidas como étnicas, menciona fenômenos climáticos extremos que conduziram a uma cristalização incrementada das identidades étnicas. Vide: Keucheyan, Razmig – **La naturaleza es un campo de batalla. Finanzas, crisis ecológica y nuevas guerras verdes**. Buenos Aires. Capital Intelectual. 2016.

19. Para maiores informações sobre este movimento consulte-se: Barnett, Donald L. & Karari Njama – **Mau Mau from Within. An analysis of Kenya's Peasant Revolt**. N.York/London. Monthly Review Press. 1966.

20. Esta questão vem sendo amplamente debatida no momento atual no continente sul-americano sobre a formação de intelectuais indígenas, notadamente no campo da antropologia. A propósito leia-se: Zapata Silva, Claudia – **Intelectuais indígenas en Ecuador, Bolivia y Chile. Diferencia, colonialismo e anti-colonialismo**. Quito. Ediciones Abya Yala. 2013

da chamada antropologia aplicada (*applied anthropology*), que passa a prevalecer nos Estados Unidos a partir de 1941 com a participação direta do país na II Guerra Mundial. Sim, em 1941, com a criação da **The Society for Applied Anthropology** predomina entre os antropólogos, de diferentes correntes de pensamento, um vasto para serviços de inteligência, seja para análises pontuais de “caracteres nacionais” e de fatores étnicos e linguísticos requeridos por diferentes agências governamentais voltadas agora para o estudo cultural de países beligerantes inimigos. As aplicações práticas da antropologia ocorreram na esfera militar, sobretudo nas agências de inteligência e informação²¹. O recrutamento de antropólogos reforçava também o objetivo de supremacia do conhecimento científico das forças aliadas, em várias dimensões sobre as premissas pré-concebidas e arianistas do nazismo.

Durante a guerra antropólogos de diferentes orientações e escolas de pensamento se agruparam sob uma ação comum, não obstante terem mantido suas diferenças em termos de abordagens teóricas. “Culturalistas”, “funcionalistas”, “evolucionistas” e “materialistas culturais” se mobilizaram a serviço das forças aliadas no esforço de guerra, utilizando a ciência como uma arma contra o nazismo. As dissensões, todavia, mantiveram-se latentes e no *pós-guerra* se tornaram manifestas. Margareth Mead²² irá alfinetar a preponderância de Malinowski, que falecera em 1942, sobre a produção antropológica

21. Clyde Kluckhohn, Ruth Benedict e Margareth Mead, que estudaram sob orientação de Boas, e outros antropólogos referidos às práticas da antropologia aplicada foram recrutados para a *War Relocation Authority*, órgão encarregado da reintegração de grupos sociais deslocados compulsoriamente durante a II Guerra, como os japoneses nos Estados Unidos. R. Benedict deixa explícito os agradecimentos que abrem o seu livro **O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa**, que o Serviço de Informação de Guerra incumbiu-a de produzir em que argumenta favoravelmente à manutenção da figura da instituição imperial no pós-guerra, mantendo, portanto, o imperador.

Alfred Métraux foi mobilizado como membro do “pessoal etnológico” da armada norte-americana, tendo sido nomeado, em 1943, diretor-adjunto do Instituto de Antropologia Social do *Smithsonian Institution*, em Washington. Elaborava métodos, destinados ao *Office of Naval Research*, objetivando estudar à distância culturas de potências inimigas e aquelas de países amigos ocupados. Depois de 1945 Métraux trabalhou para o Departamento de Guerra no setor de bombardeamentos estratégicos.

22. Quando Margareth Mead começa a estudar antropologia na universidade de Columbia em 1924, Franz Boas, nesta data renunciava ao difusionismo. Boas formou-se em geografia na Alemanha e o difusionismo desenvolveu-se sob inspiração de Ratzel apoiado na hipótese de que o grau de desenvolvimento de uma cultura depende do “meio-ambiente natural” (*environnement naturel*) (Brelet, 1995:35) e as migrações seriam a causa das semelhanças entre as culturas de diferentes regiões. Estes pressupostos da antropogeografia, de final do século XIX, haviam perdido sua força explicativa para Boas nos anos 1920-30.

na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Segundo Brelet, Margaret Mead relata em **Sociétés, traditions et technologie** que Malinowski “*exerça une véritable dictature sur l’anthropologie de langue anglaise*”²³ (Mead,1953:7 apud Brelet, 1995:34). Certamente uma alusão ao fato do “funcionalismo” de Malinowski ter suplantado o “evolucionismo” e o “difusionismo”, que haviam dominado a antropologia no primeiro quartel do século XX, e galgado uma posição hegemônica com efeitos pertinentes sobre o campo da antropologia internacionalmente organizado.

3 - ANTHROPOLOGY AT WORK E A ANTROPOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

No pós II Guerra Mundial, como verificado e exposto no número anterior de **Guarimã** se agravaram, portanto, as divergências entre as diferentes modalidades de abordagem antropológica. A *applied anthropology*, se desdobra na denominada *anthropology at work* explicitamente manifesta nos trabalhos de Clyde Kluckhohn e George Foster²⁴. Enquanto na *applied anthropology* os antropólogos estiveram a serviço do governo com cargos nas forças armadas, no pós-guerra passaram a ter suas atividades vinculadas principalmente às agências de desenvolvimento e designaram seu trabalho como *anthropology at work*. Empenharam-se nos trabalhos relativos às políticas de infraestrutura (transporte, energia), às políticas de saúde e de educação, às políticas de urbanização, às políticas econômicas e às políticas agrárias, buscando fortalecer o que designavam como “comunidades camponesas”.

Ainda com Brelet, que palmilha uma proposição de consenso no dissenso, pode-se afirmar que os efeitos da utilização prática da antropologia por Malinowski, “ao modo anglo-saxão”, e sua abordagem dinâmica e global dos fenômenos sociais, articulados com

23. Cf. Mead, M. – **Sociétés, traditions et technologie. Compte-rendu d’enquêtes dirigées par Margaret Mead sous les auspices de la Fédération mondiale pour la santé mentale.** Introduction de Margaret Mead. UNESCO. Paris,1953. p.7

24. Para um aprofundamento leia-se Almeida, Alfredo Wagner B. de – “Cowboy anthropology” : nos limites da autoridade etnográfica”. Revista **ENTRERIOS** n.1. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Piauí. 2018 pp.8-35

a antropologia aplicada norte-americana, praticada durante e a partir do fim da II Guerra, se fizeram sentir nas diretrizes políticas e nos *modi operandi* adotados por diferentes agências da ONU. Segundo Brelet os dois últimos livros de Malinowski (**Uma teoria científica da cultura e Liberdade e Civilização**) propiciaram condições para se compreender inclusive a criação das ONU (Nações Unidas) e o que ela designa como as bases de uma “nova civilização”, que contemple Ásia, África e Américas Central e do Sul.

Para Malinowski sem a participação das comunidades atingidas, nenhum projeto de desenvolvimento será viável a longo prazo. Este princípio caracteriza as políticas modernizadoras preconizadas pela ONU após sua criação, segundo a interpretação de Claudine Brelet (1995:40). Nos termos de sua formulação a premissa de “participação comunitária” objetivaria afetar o mínimo possível o sistema de valores tradicionais das comunidades atingidas. Isto implica em renunciar a querer instaurar a todo custo o “progresso” num tempo que a categoria **desenvolvimento** reinava absoluta e consistia numa ponta de lança das ações oficiais.

4 - ACTION ANTHROPOLOGY

Sol Tax, por seu turno, questiona a intervenção desenvolvimentista de antropólogos que buscam impor, em nome do progresso, iniciativas de modernização às comunidades indígenas. As críticas incidem no programa norte-americano para os países subdesenvolvidos denominado de “Aliança para o Progresso”, que fortalecia mediadores políticos em detrimento de um projeto autonomista. As longas experiências de campo de Tax na Guatemala, em Panajachel, no Lago Atitlán, e com os indígenas Meskwaki, no Projeto Fox, facultaram condições de possibilidades para que ele pudesse repensar a modalidade de descrição etnográfica e de que lugar social os antropólogos poderiam trabalhar em colaboração efetiva com os movimentos indígenas para executá-la de maneira mais coadunada com realidades localizadas e com a consciência da necessidade pelos próprios indígenas. Deste modo, Tax vê com

ceticismo a consolidação de uma profissão de “antropólogos práticos”, não obstante constatar que tanto o governo como instituições privadas façam uso de conhecimentos antropológicos. Chama a atenção para outras possibilidades de pesquisa preconizando tal posição:

“Este nuevo método de investigación, que Paul Broca no pudo predecir, recibe con frecuencia el nombre de “antropología de la acción”. Aquí no cabe la distinción hecha de ordinario entre la investigación pura y la investigación aplicada. La antropología de la acción requiere la independencia intelectual y política característica de la investigación pura; depende para su mantenimiento y funciones, del apoyo económico y social que suministran las universidades y la fundaciones más bien que los suscriptores y los gobiernos. Pero requiere por igual que los antropólogos abandonem sus torres de marfil y, sin perder su objetividad, penetrem en la vida pública de um sector social que haga para ellos las veces de laboratorio. (...) Al igual que um médico respecto de sus pacientes, el antropólogo assume los problemas de una comunidad por entero como si fueran los suyos propios. Puesto que jamás conseguirá el éxito absoluto, deberá estar preparado para la desilusión y el fracasso y ni siquiera podrá aligerar su pena compartiendo la culpa con otros.” (Tax, 1964: 303,304)

Os críticos de Tax pontuam que haveria um “déficit de reflexividade” (Cardoso:2004) na “antropologia da ação”, entretanto, quando nos deparamos com Tax enunciando as dificuldades e procedendo a um retorno autocritico sobre sua própria prática de pesquisa somos impelidos a relativizar esta assertiva.

Em resumo, enquanto Malinowski preconizava produzir um conhecimento antropológico do ponto de vista dos “nativos” e os partidários da “antropologia aplicada” buscavam demonstrar a utilidade da antropologia para os governos implementarem suas políticas, os antropólogos referidos à **action anthropology**, notadamente Sol Tax²⁵ viam os indígenas como protagonistas e se autoproclamavam

25. Vide Sol Tax – “Los Servicios de la Antropología” in S. Tax (ed) – **Antropologia uma nueva visión**. Cali- Colombia. Editorial Norma. s/d pp 293-304 (1ª.ed em inglês 1964- **Horizons on**

como independentes e a serviço dos povos indígenas, empenhados em combater práticas genocidas e as desumanidades do colonialismo.

5- ESQUEMAS EXPLICATIVOS DE SITUAÇÃO COLONIAL

O trabalho com os conceitos que imprimiu uma dinâmica interpretativa mais pertinente no pós II Guerra concerne ao já mencionado processo de descolonização, que implicou na fabricação de noções operacionais sobre a ação colonial face à complexa passagem de etnia para nação no novo mapa produzido pelos estrategistas das grandes potências, que redesenharam a partição dos continentes africano e asiático ou foram levados a fazê-lo a partir da intensificação das lutas desencadeadas pelos movimentos de libertação nacional. Concomitantemente verificasse a emergência e a imposição de categorias como “desenvolvimento”, “progresso” e “mudança social” pelo discurso de planejadores e pelos atos de Estado das grandes potências, facultando meios para a persistência de uma condição de subalternidade. O uso destas categorias que, combatem radicalmente tudo o que for considerado “tradicional”, “primitivo”, “tribal” e “atrasado” pelas políticas sanitárias, de infraestrutura, de fortalecimento comunitário e de educação, possibilitou o estabelecimento de uma nova divisão, apoiada na economia política, não mais entre colonizadores e colonizados, mas entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”. A redefinição de categorias como “desenvolvimento”, atrelada à satisfação de necessidades essenciais; “progresso”, vinculada a inovações tecnológicas e sociais; e “mudança social”, explicando o advento de novas nações soberanas em detrimento das autoridades tribais; delineia um repertório de novas demandas aos antropólogos. Consolida-se uma expectativa oficiosa do papel dos antropólogos como eficazes agentes de desenvolvimento, teorizada pelos partidários da antropologia aplicada. George Foster é um dos principais formuladores desta assertiva, repensando as necessidades sanitárias, educacionais, de transporte e econômicas como indicadores para a implementação de políticas governamentais. Foster utiliza comumente a expressão “antropólogos do governo”.

Anthropology)

A conjuntura do pós- II Guerra, classificada usualmente como período de “Guerra Fria”, incentiva um uso antropologia como conhecimento útil e como uma relevante orientação prática para consolidação de projetos, programas e planos governamentais de “desenvolvimento”. Persiste, portanto, o pressuposto de utilizar o conhecimento antropológico para fins eminentemente práticos, mas vinculado a políticas governamentais específicas e publicizadas como modernizadoras.

Seis anos após o fim da II Guerra mundial e quatro anos depois da independência da Índia e do assassinato de Ghandi e em plena guerra de libertação nacional na Indochina, em 1951, quando G. Balandier fazia a crítica das abordagens teóricas sobre o colonialismo, a UNESCO apoiava um elenco de pesquisas e ensaios sobre as relações raciais²⁶. A este tempo G. Balandier trabalhou o conceito de situação colonial. Para tanto ele parte da noção de ação colonial, falando em 1951, em pleno processo de descolonização, os mapas dos continentes africano e asiático sendo redesenhados mediante uma nova Partição da África e da Ásia, se considerarmos a anterior, a Conferencia de Berlim em 1884-85, a primeira grande partição.

Balandier²⁷ abre seu artigo “A Situação Colonial: uma abordagem teórica.” assim:

“Um dos eventos mais marcantes da história recente da humanidade é a expansão, pelo globo, da maioria dos povos europeus. Isto **provocou a perseguição – quando não o desaparecimento- de quase todos os povos ditos atrasados, arcaicos ou primitivos.** A ação colonial, ao longo do século XIX, é a forma mais importante, a mais repleta

26. Eis alguns exemplares desta coleção da UNESCO, publicados entre 1950 e 1952: Leiris, Michel – **Race and Culture**; Rose, Arnold M. – **The Roots of Prejudice**; Comas, Juan – **Racial Miths**; Klineberg, Otto – **Race and Psychology**; Dunn, L.C. - **Race and Biology**; Levi-Strauss, Claude – **Race et Histoire**, 1952. Além destes títulos pode-se mencionar a pesquisa coordenada por Charles Wagley e Thales de Azevedo sobre as relações raciais na área rural da Bahia.

27. Este artigo de G. Balandier publicado originalmente em 1951 nos **Cahiers Internationaux de Sociologie**. Vol XI. Paris. Pp 44-78. 1951 foi publicado 63 anos depois, em dezembro de 2014, pelos **Cadernos CERU** v.25 n.1. 02 (tradução de Bruno Anselmi Matangrano).

de consequências, tomadas por esta expansão europeia. Ela perturbou brutalmente a história dos povos a ela submetidos, impondo-lhes, ao se estabilizar, uma situação de um tipo bem particular. Não se pode ignorar este fato, que condiciona não somente as reações dos povos “dependentes”, mas explica, ainda, certas reações de povos recentemente emancipados. A *situação colonial* traz problemas ao povo subjugado – que lhes responde na medida em que certo “jogo” lhe é concedido -, à administração que representa a suposta nação tutora (e defende seus interesses locais), ao Estado recentemente criado sobre o qual pesa toda uma inércia colonial. Atual, ou em fase de liquidação, esta situação gera problemas específicos que devem provocar a atenção do sociólogo.” (Balandier, 2014 [1951])

Estes povos dominados, cuja culturas são consideradas primitivas ou atrasadas integram o campo de pesquisa da antropologia. Enfatizada pelo pós-guerra a emergência deste problema ganha destaque em sua plenitude e abrange, em todo seu alcance, as lutas de libertação nacional seja na Indochina, na Índia ou na África.

Balandier procede a uma síntese das duas principais abordagens sobre a ação colonial e abre possibilidades para que possamos interpretar os autores e os temas referidos aos debates em torno do processo de descolonização e a compreender o que propõe como situação colonial.

“De um lado pesquisadores obcecados em perseguir o etnologicamente puro, o fato inalterado e conservado miraculosamente em seu primitivismo ou pesquisadores exclusivamente ávidos pela especulação teórica meditando sobre o destino das civilizações ou sobre as origens da sociedade; de outro lado pesquisadores engajados em múltiplas investigações práticas, e de alcance restrito, contentando-se com um empirismo cômodo quase sem ultrapassar o nível de uma técnica.

Entre estes dois extremos, a distância é longa – **ela conduz dos confins da antropologia dita “cultural” aos da antropologia dita “aplicada”**. De um lado a situação colonial é rejeitada, posto que perturbadora ou só é encarada como uma das causas das mudanças culturais; de outro, só é considerada sob alguns de seus aspectos – aqueles que dizem respeito de maneira evidente ao problema tratado – e não aparece atuando enquanto totalidade. Entretanto todo estudo *atual* sobre as sociedades colonizadas, que visa a um conhecimento da realidade presente e não a uma reconstituição de caráter histórico, que não sacrifica a especificidade em prol da comodidade de uma esquematização dogmática, só pode ser feito pela referência a este complexo que nomeamos de ***situação colonial***.” (Balandier, 2014 [1951]).

Ao analisar criticamente, nesta ordem, pelo menos dois dos principais esquemas explicativos – antropologia cultural e antropologia aplicada - sobre as práticas e os significados de situação colonial, Balandier busca enfraquecer as posições extremas e preponderantes no campo da antropologia, visando propiciar um entendimento mais acurado e plural do repertório de atos e falas em jogo desde 1921 e abrindo possibilidades de aprofundamento das discussões sobre os diferentes planos de debates intrínsecos ao campo da produção antropológica.

6- REDEFINIÇÕES DE PRÁTICAS DE PESQUISA E DE ABORDAGENS

Numa perspectiva de síntese, que pode servir de conclusão para este artigo, pode-se então mapear, de maneira resumida, as proposições em debate no campo da produção antropológica a partir de 1921 e até a década 1960-70. Correspondem a pelo menos cinco principais *modi operandi* referidos à dinâmica da relação entre o exercício do trabalho antropológico e a ação colonialista. Eles se entrelaçam de maneiras diversas em polêmicas peculiares e atinentes a determinadas situações históricas. Embora tenha escolhido apresentá-los numa sequência

temporal percebo que se atém a contextos que não necessariamente se sucedem linearmente, porquanto coexistem ou são coetâneos. De maneira breve e pouco detida passo a apresentá-los, a saber:

i) antropólogos como compondo o corpo de administradores a serviço da ação colonial;

ii) antropólogos que, segundo Malinowski, em 1929, deveriam conhecer antropologicamente as formas de organização social e política dos “nativos”, relativizar seus interesses e proceder a interpretações a partir do ponto de vista dos próprios indígenas, inclusive se empenhando na formação de antropólogos indígenas.

iii) Antropólogos que, a partir de 1941, no contexto dos esforços de guerra, passaram a trabalhar na esfera militar, a serviço dos governos aliados contra os seus inimigos nazistas. Esta vertente perpassa as guerras e se atém também às denominadas “insurgências”, evidenciando sua atualidade.

iv) Antropólogos que dispondo dos conhecimentos obtidos em trabalho de campo com povos e comunidades indígenas e camponesas desdobraram suas atividades no pós-guerra em ações coadunadas com as “políticas de desenvolvimento”, objetivando a modernização de áreas rurais e a chamada “mudança social” com uso difuso de inovações tecnológicas.

v) E, finalmente, antropólogos, que através de pesquisas etnográficas, passaram a se posicionar como a serviço de povos indígenas e camponeses, fortalecendo efetivamente as suas formas político-organizativas intrínsecas, assim como as lutas autonomistas, além de denunciarem sistematicamente genocídios e violências praticadas contra tais povos. Esta perspectiva, em seus desdobramentos, abre caminho para uma ruptura radical com os pressupostos colonialistas, uma vez que incorpore a reflexividade a seus vetores de ação. A via de acesso à cesura com o colonialismo encontra-se, portanto, aberta, de maneira dinâmica e em construção.

Uma das aproximações que estabelece uma interlocução tensa com esta vertente teórica corresponde ao chamado “materialismo cultural”, delineado por Marvin Harris, que ganha força no fim dos anos 1950-60, sobretudo a partir do trabalho de campo em Moçambique, explicando fenômenos culturais com fundamento em realidades econômicas das diferentes sociedades. Propõe que as narrativas míticas seriam resultantes de necessidades do processo produtivo em cada uma das unidades sociais pesquisadas. Neste sentido para Harris a pesquisa antropológica deveria se basear no estudo das condições materiais das unidades sociais referidas, pois, elas é que condicionariam modos de pensar e costumes. Esta ênfase analítica, a despeito de ser uma interlocutora constante de diferentes abordagens, não resultou numa expansão significativa nem tão pouco conseguiu se consolidar enquanto um esquema interpretativo, capaz de delimitar um determinado estado do campo da produção antropológica. Em virtude disto não chega a se constituir num pensamento de escola, com “breviário” e seguidores, embora delineando com certa precisão as modalidades de construção social de territórios específicos.

Nem bem são concluídas as lutas pela libertação nacional em 1964, à exceção das colônias portuguesas que são tardias, e ocorrem em 1974 -75, iniciam-se as mobilizações universitárias contra a guerra do Vietnam e as polemicas em torno da responsabilidade científica e social dos antropólogos, descortinando novo capítulo da história da antropologia. A Assembleia Geral da ONU em 1960 adotou a “Declaração sobre a concessão de Independência dos Países e Povos Coloniais”.

Em 1990 a mesma Assembleia proclamou a “Década Internacional pela Erradicação do Colonialismo” e em 2001 proclamou em continuidade a Segunda Década Internacional pela Erradicação do Colonialismo. Como a ONU considera que ainda há 17 territórios colonizados para a década que começa em 2011 a ONU declarou a Terceira Década para Erradicação do Colonialismo. Uma luta constante, conforme se pode verificar, que traz dúvidas e incertezas.